



ONGS DE ACOLHIMENTO ANIMAL EM MOSSORÓ-RN:
desafios, financiamento e políticas públicas

Lucas Gabriel de Souza Galvão

acesso.lucas09@gmail.com

Rubênia de Oliveira Costa

rubeniaadm@gmail.com

Islania Andrade de Lira Delfino

islaniaandrade@gmail.com

Palavras-chave: Terceiro Setor. Administração Pública. Políticas Públicas. Proteção Animal.

1. INTRODUÇÃO

O abandono de animais em vias públicas e a ausência de políticas de controle populacional têm configurado um problema social e de saúde pública em diversas cidades brasileiras. A superpopulação de cães e gatos em situação de rua, além de implicações éticas e ambientais, favorece a disseminação de zoonoses, acidentes e situações de maus-tratos (Jorge et al., 2018). Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, atribua ao poder público a responsabilidade pela proteção da fauna e flora, a efetivação prática dessa obrigação ainda se mostra limitada em muitos municípios (Brasil, 1988).

Nesse contexto, a sociedade civil, por meio de organizações do terceiro setor, tem assumido um papel fundamental na proteção e acolhimento animal. Essas instituições, em grande parte ONGs, realizam resgates, oferecem abrigo temporário, promovem adoções responsáveis e, em alguns casos, oferecem serviços veterinários a custos reduzidos, suprimindo lacunas da Administração Pública (Nista et al., 2020).

Apesar de sua relevância, as ONGs enfrentam inúmeros obstáculos, principalmente relacionados à captação de recursos, infraestrutura e à ausência de apoio governamental efetivo. Este trabalho buscou descrever os principais desafios das organizações de acolhimento animal em Mossoró-RN, analisando sua atuação e apontando limites e potencialidades.

1.1 Pergunta Problema e Objetivos

A questão que norteia este estudo é: **quais os principais desafios encontrados pelas organizações do terceiro setor voltadas à proteção animal em Mossoró-RN?**

O objetivo geral consistiu em **descrever os principais desafios enfrentados por ONGs de acolhimento e proteção animal na cidade de Mossoró-RN.**

Como objetivos específicos, buscou-se: identificar os serviços ofertados pelas instituições participantes; mapear as principais fontes de recursos financeiros; examinar a percepção dos gestores sobre a atuação do poder público e políticas existentes; e relacionar os desafios enfrentados às lacunas das políticas públicas municipais.

1.2 Justificativa

A relevância do estudo decorre da necessidade de compreender como organizações sem fins lucrativos têm assumido responsabilidades originalmente públicas, em especial no campo da proteção animal. Os resultados permitem subsidiar gestores de ONGs e autoridades locais

na formulação de políticas mais eficazes, além de contribuir com o debate acadêmico sobre o papel do terceiro setor em problemas de saúde pública e bem-estar animal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Terceiro Setor e ONGs

O terceiro setor, composto por entidades privadas sem fins lucrativos, surge como resposta a demandas sociais não atendidas adequadamente pelo Estado ou pelo mercado (Albuquerque, 2021). Carrion (2000) ressalta que tais organizações não possuem finalidade econômica, atuando em áreas como assistência social, saúde, educação e meio ambiente.

As ONGs de proteção animal se inserem nesse contexto, promovendo acolhimento, educação ambiental e defesa de direitos desses seres. Scherer-Warren (1998) caracteriza-as como centros populares de promoção e apoio, vinculados à defesa da cidadania e dos direitos humanos e não humanos. Essas instituições mobilizam recursos da sociedade civil em prol do interesse público, muitas vezes atuando em cenários de omissão estatal (Calegare; Silva Júnior, 2009).

2.2 A problemática do abandono animal

O Brasil enfrenta altos índices de abandono animal. A Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019) aponta que quase metade dos lares brasileiros possui ao menos um animal de estimação, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima cerca de 30 milhões de cães e gatos em situação de rua no país. O Instituto Pet Brasil (2022) destaca que aproximadamente 185 mil animais se encontram em abrigos e ONGs, evidenciando a insuficiência das políticas públicas diante da magnitude do problema.

O abandono resulta de múltiplos fatores, dentre eles, as dificuldades financeiras, a idade avançada dos animais, as mudanças de residência, os problemas de saúde, a falta de raça definida e a ausência de conscientização sobre a guarda responsável (Ferreira, 2022). Além de agravar questões de saúde pública, o fenômeno revela um triste déficit educacional e ético da sociedade.

2.3 Políticas públicas e legislação

A Constituição Federal e legislações subsequentes vedam práticas de crueldade contra animais (Brasil, 1988). No âmbito municipal, Mossoró possui um conjunto expressivo de normas, como a Lei 3.795/2020, que instituiu o Código Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, e a Lei 3.769/2020, que autorizou a criação do Fundo Municipal de Proteção Animal. Há ainda o Conselho Municipal de Proteção Animal (Lei 3.660/2018), responsável por debater e propor políticas na área.

Contudo, conforme Andrade e Santos (2019), a responsabilidade municipal pela guarda e proteção de animais de rua raramente se traduz em políticas eficazes. Em Mossoró, a aplicação prática das leis permanece limitada, restringindo a efetividade dos instrumentos normativos existentes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza aplicada, com caráter descritivo e abordagem qualitativa (Gil, 2008). Optou-se pelo estudo de caso, focalizando ONGs de acolhimento e proteção animal em Mossoró-RN. A população compreendeu cinco instituições identificadas por meio de buscas em sites oficiais e redes sociais, mas a amostra foi definida por acessibilidade, resultando em três ONGs participantes. A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2023, por meio de entrevistas estruturadas, realizadas remotamente via *Google Meet*. O roteiro continha 11 questões relacionadas a desafios, fontes de recursos, percepções sobre políticas públicas e sugestões de melhorias. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da técnica de análise de discurso, buscando-se identificar categorias emergentes e confrontar os relatos com o referencial teórico. Os resultados foram organizados em quadros, nuvens de palavras e trechos literais das falas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização das instituições

As três ONGs analisadas apresentavam formalização jurídica (CNPJ) e certificado de utilidade pública. Duas possuíam mais de oito anos de atuação, enquanto a terceira foi fundada em 2020. Os serviços ofertados incluíam resgate de animais em situação de rua, abrigos temporários, programas de adoção responsável, castrações populares e campanhas educativas. Destaque para a ONG 02, que mantinha uma clínica filantrópica, oferecendo consultas e procedimentos veterinários a preços sociais. Tal experiência reforça o papel substitutivo das

ONGs em relação ao Estado, corroborando Cavalcanti (2021), ao evidenciar a identidade social dessas instituições.

4.2 Desafios encontrados pelas instituições do terceiro setor de proteção animal

Os resultados apontaram que os principais desafios enfrentados pelas ONGs de acolhimento animal em Mossoró concentram-se na falta de recursos financeiros, no endividamento decorrente da manutenção dos serviços e na ausência de apoio consistente do poder público. A superpopulação de animais em situação de rua agrava a demanda por resgates, castrações e abrigos, o que se soma à inexistência de espaços adequados para acolhimento. A baixa educação ambiental da população também foi destacada como fator que contribui para o abandono e os maus-tratos, enquanto os próprios cuidadores enfrentam sobrecarga emocional e desgaste físico devido ao trabalho voluntário intenso.

4.3 Fontes de financiamento das instituições

As fontes de financiamento identificadas foram principalmente doações de pessoas físicas, campanhas de arrecadação e emendas parlamentares, embora estas últimas nem sempre sejam efetivamente repassadas. Algumas empresas locais contribuem de forma pontual, mas a sustentabilidade das ONGs ainda depende fortemente do voluntariado. Um caso particular foi observado na ONG 02, que mantém uma clínica filantrópica, oferecendo serviços veterinários a preços simbólicos como forma de custear parte de suas atividades. Apesar dessa alternativa, nenhuma das instituições recebe apoio financeiro direto do executivo municipal, o que evidencia sua vulnerabilidade diante da falta de recursos estáveis.

4.4 Percepção sobre políticas públicas

Os entrevistados foram unâimes em considerar as políticas públicas municipais insuficientes. Embora exista legislação robusta, na prática a única ação implementada com alguma regularidade foi o programa de castrações, cuja oferta é considerada irrisória frente à demanda. Além disso, as ONGs relataram a inexistência de centro de controle de zoonoses em funcionamento, o não pagamento de emendas impositivas e a falta de fiscalização efetiva de leis contra maus-tratos.

4.5 Sugestões de melhorias propostas pelas instituições

Os gestores entrevistados sugeriram medidas como a criação de um abrigo municipal, o funcionamento efetivo de um Centro de Controle de Zoonoses e a implantação de um hospital veterinário público. Destacaram ainda a necessidade de ampliar o programa de castrações, efetivar o pagamento de emendas parlamentares e destinar recursos permanentes para as ONGs. Além disso, reforçaram a importância de campanhas educativas para a conscientização da população e da aplicação mais rigorosa das leis contra maus-tratos e abandono.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo ao descrever os principais desafios enfrentados pelas ONGs de proteção animal em Mossoró-RN. Os resultados indicam que, embora exista uma legislação local abrangente, sua efetivação permanece limitada, impondo às organizações da sociedade civil o ônus da proteção animal. Os desafios mais evidentes concentram-se na falta de recursos financeiros, no apoio insuficiente do poder público, na carência de espaços adequados para abrigos, na superpopulação animal e na baixa conscientização social. Apesar das adversidades, as ONGs desempenham papel indispensável, garantindo assistência mínima aos animais e promovendo mobilização social. Contudo, sua atuação não pode substituir integralmente as responsabilidades do Estado, que deve assumir a causa animal como questão de saúde pública e de cidadania. O estudo apresenta limitações, como o número reduzido de ONGs participantes e a dificuldade de acesso a informações oficiais. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra, incluam gestores públicos como sujeitos e realizem comparações intermunicipais. Conclui-se que a efetividade da proteção animal em Mossoró depende da articulação entre Estado, sociedade civil e setor privado, com fortalecimento de políticas públicas, repasses financeiros regulares e campanhas educativas. Sem tais medidas, as ONGs continuarão sobrecarregadas, atuando em condições precárias para enfrentar um problema de natureza estrutural.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2021.

ANDRADE, A. S. O. SANTOS, A. P. A responsabilidade civil do município de Santo Antônio de Jesus-BA em relação aos animais domésticos abandonados. **Textura**, v. 13, n. 21, p. 15-28, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: 1988.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JÚNIOR, N. A. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 129-148, 2009.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 237-255, 2000.

CAVALCANTI, A. V. A. Animais abandonados: uma perspectiva de ONGs quanto ao problema público da proteção animal no município de João Pessoa/PB. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Gestão Pública) – IFPB, 2021.

FERREIRA, C. Número de animais abandonados cresce, mas adoção não acompanha. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/numero-de-animais-abandonados-cresce-mas-adocao-nao-acompanha.shtml>. Acesso em: 10 maio 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUILHON, M. V. M. A relação Estado/Interesses na formação das políticas públicas: uma análise das teorias de representação política. **Série Políticas Públicas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 7-22, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**. Brasília: IBGE, 2019.

INSTITUTO PET BRASIL. **Número de animais de estimação em situação de vulnerabilidade mais do que dobra em dois anos**. São Paulo: IPB, 2022. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com>. Acesso em: 1 maio 2023.

JORGE, S. S.; BARBOSA, M. J. B.; WOSIACKI, S. R.; FERRANTE, M. Guarda responsável de animais: conceitos, ações e políticas públicas. **Enciclopédia Biosfera**, v. 15, n. 28, p. 578-594, 2018.

NISTA, N. A. et al. Society and sustainable development: animal rights in sustainability discourse. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-18, 2020.

SCHERER-WARREN, I. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1998.